



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO C/PM DE SÃO
JOÃO DA CANABRAVA Nº 177/2017
Registrado Lv. Nº 03 Fls. 38
Em, 13/07/2017
Mecoura

CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ,
POR MEIO DA SECRETARIA DA
SAÚDE E A PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA
CANABRAVA - PIAUÍ.

O ESTADO DO PIAUÍ, inscrito no CNPJ sob o nº. 06.553.481/0001-49, com sede no Palácio Karnak, sito na Avenida Antonino Freire, Nº 1450, Centro, CEP 64.001-040, nesta Capital, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.553.564/0001-38, com sede na Avenida Pedro Freitas, S/Nº, Centro Administrativo, Bloco A, Bairro São Pedro, em Teresina-PI, neste ato representada pelo Secretário de Estado **FLORENTINO ALVES VERAS NETO**, brasileiro, casado, Administrador, portador da Carteira de Identidade Nº. 986.996/SSP/PI e do CPF Nº. 327.448.113-00, doravante denominada **CONCEDENTE**, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA CANABRAVA - PIAUÍ**, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.066.973/0001-02, com sede na Avenida São João Batista, Nº 580, Centro, CEP 64.635, Fone (86) 9.8808-6621, neste ato representada pela sua Prefeita **MÉRCIA DE ARAÚJO ABREU**, Brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº. 2.481.613/SSP-PI e do CPF nº. 014.339.253-03, residente e domiciliada na Rua Luís Gonzaga, S/Nº, centro, São João da Canabrava - Piauí, doravante denominada **CONVENIENTE**, com sujeição a Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009, de 04/12/2009, ao Decreto Estadual nº 12.440, de 1º de dezembro de 2006, ao Decreto Estadual nº 13.860, de 22 de setembro de 2009, e no que couber, a Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, ao Decreto Federal nº. 6.170/2007, e a outras normas pertinentes quando se aplicarem, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO** mediante cláusulas e condições a seguir estipuladas, e de acordo com o Plano de Trabalho que faz parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto *Aquisição de medicamentos e insumos*, de acordo com o Plano de Trabalho devidamente aprovado.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio totalizam em **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, conforme discriminação abaixo:

I – Recursos do **CONCEDENTE: R\$ 196.000,00 (Cento e noventa e seis mil reais)**, que correrão à conta de dotação consignada no Orçamento do Estado, tendo a seguinte classificação orçamentária:

Publicado DOE nº 232
Dia 14/12/17 Fls. 46

Secretaria de Estado da Saúde
Av. Pedro Freitas s/n - Centro Administrativo
(86) 3216-3595 - 64018-900 - Teresina-PI
www.saude.pi.gov.br



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO C/PM DE SÃO JOÃO
DA LAVAREIRA Nº 177/2017
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 28
Em, 13 / DEZ / 2017
SILVEIRA

Unidade Orçamentária: 170.139-SESAPI

Programa: 03 – Saúde de Qualidade para todos.

Ação(Proj/Ativ/Op.Esp.): 1740- Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos para Unidades Hospitalares, **Função:** 10 – Saúde; **Subfunção:** 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; ,

Natureza de Despesa: 33.40.41 – Transferência a Município - Contribuições,

Fonte de Recurso: 100- Tesouro Estadual.

II – Recursos da **CONVENENTE: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, referente a Contrapartida financeira.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Na hipótese de o objeto pactuado vir a ser satisfatoriamente concluído somente com a utilização dos recursos financeiros transferidos pelo **CONCEDENTE**, obriga-se a **CONVENENTE** a recolher à **CONCEDENTE** os recursos financeiros correspondentes à contrapartida, bem como o saldo existente na conta corrente específica para este Convênio, observado, em qualquer caso, o disposto na **CLÁUSULA NONA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão liberados conforme discriminado no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, mediante crédito na conta bancária específica para o convênio, aberta em instituição financeira oficial, conforme indicado abaixo:

Banco: Banco do Brasil S.A

Agência: 3350-2 – Picos - PI

Conta: 21.705-0 – CNPJ da Prefeitura.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A liberação dos recursos fica condicionada à comprovação por parte do **CONVENENTE** de:

- a) Instituição, previsão e efetiva arrecadação dos impostos municipais;
- b) Atendimento aos limites de gasto com pessoal estabelecidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- c) Que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;
- d) Cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;
- e) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;
- f) previsão orçamentária de contrapartida.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO C/PM DE SÃO
JOÃO DA CANABRAVA Nº 177/2017
Registrado Lv. Nº 03 Fls. 38
Em, 13 de Dez 2017
[Assinatura]

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A contrapartida pactuada, deverá ser depositada na conta específica para o convênio conforme discriminado no Cronograma de Desembolso.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Os saques somente podem ser efetuados para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominal, ordem bancária ou transferência eletrônica ao credor, ou para aplicação no mercado financeiro.

SUBCLÁUSULA QUARTA – Ocorrendo a liberação dos recursos em três ou mais parcelas, a liberação da terceira parcela fica condicionada à apresentação da prestação de contas referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente.

SUBCLÁUSULA QUINTA – A liberação de cada parcela é condicionada à manutenção da regularidade da CONVENIENTE perante o Sistema de Gestão de Convênios – SISCON do Estado do Piauí.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

1. O CONCEDENTE se compromete a:

- a). Publicar o Convênio e seus aditivos no Diário Oficial do Estado do Piauí, por meio de extrato, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura;
- b). Liberar os recursos conforme descrito no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, desde que a liberação não ocorra no período de 3 (três) meses que antecedam a pleito eleitoral, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública (**art. 73, VI, “a”, da Lei n. 9.504/1997**);
- c). Prorrogar “de ofício” a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, pelo exato período de atraso verificado;
- d). Analisar as solicitações de alteração no Termo de Convênio e Plano de Trabalho, desde que apresentadas no prazo exigido na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009, fundamentadas em razões concretas que as justifiquem, sendo vedada a alteração do objeto;
- e). Conservar a autoridade normativa e exercer o controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo a terceiros, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da ação pactuada;
- f). Fornecer à CONVENIENTE normas e instruções para prestação de contas dos recursos do Convênio;
- g). Efetuar análise de conformidade das prestações de contas parciais ou final apresentadas, sendo vedado o recebimento de prestações de contas incompletas ou em desconformidade com a Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009;



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO E/PM DE SÃO
FÓRUM DE CONABRAMA Nº 177/2017
Registrado Lv. Nº 112 Fls. 28
Em, 13 / 05 / 2017
R. S. Sousa

- h). Registrar no SISCON o recebimento das prestações de contas parciais e final encaminhadas pelo Conveniente, após a análise de conformidade;
- i). Analisar as prestações de contas no prazo de 60 dias contados da data do seu recebimento;
- j). Manter atualizado no SISCON o registro da situação final da prestação de contas analisada, de acordo com cada caso;
- k). Notificar o CONVENIENTE sobre eventuais irregularidades nas prestações de contas, concedendo o prazo de 30 dias para regularização ou devolução do valor correspondente;
- l). Proceder à abertura de tomada de contas especial para apurar irregularidades não sanadas ou pela não devolução de recursos;
- m). Dar ciência deste convênio à Assembléia Legislativa e à Câmara Municipal, nos termos do art.116, §2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

2. O CONVENIENTE se compromete a:

- a). Apresentar, no caso de obras, como condição para a celebração do convênio, documentos comprobatórios da disponibilidade do terreno do empreendimento e, quando couber, da licença ambiental prévia, conforme as disposições Decreto Estadual nº 12.440/2006 e da PI MPOG/MF/CGU nº 127/2008;
- b). Executar o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA em estrita conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, aplicando os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto;
- c). Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros a cargo do CONCEDENTE, transferidos de acordo com o cronograma de desembolso;
- d). Manter os recursos em conta bancária específica para o convênio, somente efetuando créditos e saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor, ordem bancária ou transferência eletrônica ou ainda para aplicação no mercado financeiro;
- e). Aplicar os recursos, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, devendo ser escolhida a operação que apresentar melhor rendimento, observada a necessidade de utilização do recurso;
- f). Prestar contas dos recursos repassados, da contrapartida e da aplicação financeira, na forma prevista na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009;
- g). Restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos na conclusão ou extinção do Convênio, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, mediante depósito na Conta do Concedente;
- h). Restituir ao CONCEDENTE o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data de recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:
 - h.1) quando não for executado o objeto pactuado;



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVENIO C/PM DE SÃO
JOÃO DA CANABRAVA Nº 177/2017
Registrado Lv. Nº 03 Fls. 28
Em, 13 / DEZ / 2017

- h.2) quando não for apresentada a prestação de contas parcial ou final;
- h.3) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversas da estabelecida no convênio; ou
- h.4) quando despesas forem executadas fora da vigência do convênio;
- i). Recolher ao CONCEDENTE o valor corrigido referente à contrapartida pactuada, se houver, quando não for comprovada sua aplicação na consecução do objeto do convênio;
- j). Restituir ao CONCEDENTE o valor correspondente às despesas comprovadas e realizadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;
- k). Recolher ao CONCEDENTE, conforme o caso, o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e a sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito aplicação;
- l). Recolher ao CONCEDENTE o valor dos rendimentos não auferidos pela não aplicação dos recursos em poupança ou em fundo de aplicação financeira, enquanto não utilizados no objeto do convênio;
- m). Alimentar o Sistema de Gerenciamento de Convênios – SISCON, no endereço www.siscon.pi.gov.br, com os dados relativos a execução do convênio, como licitações, empenhos, liquidações, pagamentos efetuados, execução das metas físicas e demais informações necessárias à prestação de contas;
- n). Gerar e enviar por meio do SISCON os relatórios de prestações de contas, sem prejuízo do envio formal dos documentos em meio papel para conferência;
- o). Conceder livre acesso aos servidores do órgão Concedente, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização;
- p). Conceder livre acesso aos servidores do órgão de controle interno e externo do Estado, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização e auditoria;
- q). Manter arquivados os documentos originais do convênio, em boa ordem e em bom estado de conservação, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo do Estado pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da aprovação da prestação de contas final pelo Concedente;
- r). Manter atualizada a escrituração contábil específica aos atos e fatos relativos à execução deste Convênio;
- s). Assumir a responsabilidade por todos os encargos salariais, fiscais e trabalhistas decorrentes das contratações realizadas para execução do objeto, sendo vedada a atribuição ao CONCEDENTE de obrigações dessa natureza;
- t). Instalar no local de execução da obra ou serviço, placa indicativa, obedecendo ao padrão estabelecido pelo Governo do Estado, quando for o caso;



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO C/P/M DE SAÚDE
TERMO DA CANABRAVA Nº 177/2017
Registrado Lv. Nº 08 Fls. 28
Em, 13/02/2017
Ass. [Assinatura]

- u). Nos casos de obras e serviços de engenharia, manter fiscalização constante *in-loco*, exercida por profissional competente e formalmente designado por ato da Administração;
- v). Sujeitar-se às disposições da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, em relação à licitação e contratação, admitida a modalidade de licitação prevista na Lei nº. 10.520/02, e ainda, à Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009 no caso de Cotação de Preços;
- w). Incluir os recursos recebidos, provenientes deste Convênio, no orçamento do Município;
- x). Observância da vedação constitucional da utilização do recurso para pagamento de despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

O Convênio poderá ser alterado, com a devida justificativa, mediante termo aditivo, devendo a proposta ser inserida no SISCON e apresentada ao Concedente por meio de ofício, no prazo mínimo de **30** (trinta) dias antes do término da vigência, prazo necessário para análise pela área técnica e decisão, vedada a alteração do objeto do convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PROIBIÇÕES

É vedada a utilização dos recursos repassados por força deste Convênio, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência acordado, ainda que em caráter de emergência.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Os recursos deste Convênio também não poderão ser utilizados:

- a) para o pagamento de despesas contraídas fora do período de sua vigência e após seu término;
- b) na realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- c) na realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- d) no pagamento de gratificação, diárias, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado ou em exercício em quaisquer dos entes partícipes deste Convênio;
- e) na realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e desde que relacionadas ao objeto deste Convênio e, como tais, previstas no Plano de Trabalho, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas;
- f) em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO G/PM DE SÃO
JOÃO DA LAVAREIRA Nº 177/2017
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 28
Em, 13 DEZ 2017
M. Souza

g) despesas com efeito retroativo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE DOS BENS

Quando for prevista a aquisição, produção ou transformação de equipamentos ou materiais permanentes, com recursos deste Convênio, estes poderão, a critério do **CONCEDENTE**, ser doados à **CONVENIENTE**, após a conclusão do objeto, mediante processo formal, quando forem necessários para assegurar a continuidade do programa governamental.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

Além da prerrogativa do **CONCEDENTE** de manter o controle e fiscalização da execução do objeto pactuado, a Controladoria Geral do Estado – CGE também poderá exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Além das prestações de contas parciais, quando houver, o Conveniente fica sujeito a apresentar ao Concedente a prestação de contas final do total dos recursos recebidos, bem como da respectiva contrapartida e aplicação financeira, se for o caso, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados do término da vigência, que será constituída de:

- a. Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa (Anexo VI);
- b. Relatório de Cumprimento do Objeto (Anexo VII);
- c. Relatório de Execução Física (Anexo VIII);
- d. Relatório de Execução Financeira (Anexo IX);
- e. Relação dos Pagamentos Efetuados (Anexo X);
- f. Conciliação Bancária (Anexo XI);
- g. Relação de Bens Adquiridos, referente aos equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos do Convênio, quando for o caso (Anexo XII);
- h. Termo de Devolução de Bens Adquiridos, quando for o caso (Anexo XIII);
- i. Declaração de Incorporação de Bens Adquiridos, acompanhada da respectiva cópia da nota fiscal, termo de doação e ficha de tombamento, quando for o caso (Anexo XIV);
- j. Cópias das notas fiscais, cupons fiscais e/ou recibos, com a indicação do número do Convênio, comprovação de quitação e atesto de recebimento dos serviços ou produtos;
- k. Cópias dos cheques, notas de ordem bancária e/ou transferências eletrônica;
- l. Cópias dos empenhos, liquidações e ordens de pagamento, quando for o caso;
- m. Extrato da conta bancária específica referente a todo o período de execução do Convênio, da liberação da 1ª parcela até a devolução do saldo, se houver;
- n. Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, conforme previsto no artigo 73 da Lei nº 8666/93, quando for o caso, ou termo de aceitação provisório da obra se o termo definitivo ainda não tiver sido emitido;



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVÊNIO e/PM de 170
JOÃO DA CUNHA Nº 177/2017
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 28
Em, 23/12/2017
M. Sousa

- o. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta do CONCEDENTE;
- p. Cópias dos documentos relativos à licitação, inclusive, despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal;
- q. Cópias das Cotações de Preços realizadas no caso de dispensa ou substituição da licitação para Entidades sem Fins Lucrativos.

SubCláusula Única - Caso os documentos comprobatórios das despesas já tenham sido encaminhados em eventuais prestações de contas parciais, a prestação de contas final será composta dos relatórios consolidados de todo o período e demais documentos, conforme estabelece o § 2º do artigo 35 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Convênio terá vigência até **31.12.2018**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser alterado mediante termo aditivo ou rescindido caso ocorra inadimplemento de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo e por qualquer das partes, ou rescindido amigavelmente, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do convênio, havidas no prazo em que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

SubCláusula Única - Constitui motivo para rescisão unilateral do convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas, principalmente quando constatadas as situações previstas no art. 48 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº. 001/2009, o que ensejará a abertura de Tomadas de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

A publicação resumida deste Convênio no Diário Oficial do Estado será providenciada pela CONCEDENTE no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina/PI, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solução de quaisquer litígios, omissões ou dúvidas que surgirem durante a execução do presente Termo de Convênio.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONVENIO C/PM DE SÃO
JOÃO DA CANABRAVA Nº 177/2017
Registrado Lv. Nº 02 Fls. 38
Em, 13 / DEZ / 2017
[Signature]

E por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Teresina (PI), 13 de dezembro de 2017.

[Signature]

FLORENTINO ALVES VERAS NETO
Secretário de Estado da Saúde

[Signature]

MÉRCIA DE ARAÚJO ABREU
Prefeita Municipal de São João da Canabrava- PI

TESTEMUNHAS:

Maria de Fátima Vieira Oliveira


Nome:

CPF: 287.813.253-04

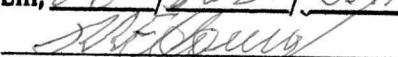
Nome:

CPF:

		GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO - SESAPI		Cadastro do Proponente e Representante Legal		Anexo I		
I - IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE								
1- Nome do Proponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA CANABRAVA						2- CNPJ / CPF: 12.066.973/0001-02		
3 - Esfera Administrativa: Municipal				4 - Status Jurídico: Prefeituras Municipais				
5 - Endereço: AV. SÃO JOÃO BATISTA, 580 - CENTRO								
6 - Município: SAO JOAO DA CANABRAVA		7 - CEP: 64635-000		8 - DDD: 86		9 - Telefone: 88086621		10 - Fax:
11 - e-mail: prefeituramsjcp@hotmail.com						12 - Site:		
II - IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DO PROPONENTE								
13 - Nome do Proponente: MÉRCIA DE ARAÍJO ABREU						14 - CPF: 01433925303		
15 - Endereço: rua luis gonzaga, s/n bairro urbano								
16 - Município: SAO JOAO DA CANABRAVA						17 - UF: PI		
18 - C.I/Orgão Expedidor/Data: 2481613 / SSP/PI / -----// 22/09/1994		19 - Cargo: PREFEITO		20 - Função: PREFEITO		21 - Matrícula:		
III - IDENTIFICAÇÃO DO OUTRO PARTÍCIPE								
22 - Nome de Partícipe:						23 - CNPJ:		24 - Esfera Administrativa:
25 - Endereço:								
26 - Município:		27 - CEP:		28 - DDD:		29 - Telefone:		30 - Fax:
IV - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO OUTRO PARTÍCIPE								
31 - Nome do Dirigente da Entidade Proponente:						32 - CPF do Dirigente:		
33 - C.I/Orgão Expedidor/Data: / / / / / / / /		34 - Cargo:		35 - Função:		36 - Matrícula:		
Local e data		Assinatura do Outro Partícipe			Assinatura do Proponente			


CONVÊNIO C/PM DE SÃO
 JOAO DA CANABRAVA Nº 177/2017
 Registrado Lv. Nº 03 Fls. 28
 Em, 23 / DEZ / 2017


		GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO - SESAPI		Dados do Projeto		Anexo II	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA CANABRAVA							
I - INFORMAÇÕES BANCÁRIAS							
1 - Conta Corrente: 21.705-0		2 - Banco: 001		3 - Agência: 3350-2		4 - Praça de Pagamento: PICOS - PI	
II - DADOS DO PROJETO							
5 - Título do Projeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS						6 - Período: 00/00/0000 a 31/12/2018	
7 - Descrição Sintética do Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS							
8 - Justificativa da Proposição: A AQUISIÇÃO DOS MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE IRA AMPLIAR O IMPACTO DA ATENÇÃO BÁSICA SOBRE AS CONDIÇÕES DE SAÚDE FACILITANDO O ACESSO E A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA. PROMOVENDO MAIOR CONFORMIDADE DAS UBS COM OS PRINCÍPIOS DA ATENÇÃO BÁSICA AUMENTANDO A AFETIVIDADE NA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, NA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS, NA QUALIDADE DAS PRÁTICAS DE SAÚDE E NA EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE DO SISTEMA DE SAÚDE. UMA VEZ QUE OS MEDICAMENTOS E INSUMOS EXISTENTES SÃO INSUFICIENTES E IMPOSSIBILITANDO O SEU USO DIÁRIO, PELA POPULAÇÃO QUE TANTO PRECISA DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DE SAÚDE.							
III - DADOS ORÇAMENTARIOS DO CONCEDENTE (Preenchimento pelo Concedente)							
9 - Programa: -							
10 - Projeto/Atividade: -							
11 - Natureza		0				0	
12 - Fonte		0		13 - Valor		R\$ 0,00	
		0				R\$ 0,00	


CONVÊNIO CPM DE SÃO
 JOÃO DA CANABRAVA Nº 173
 Registrado Lv. Nº 03 Fls. 38
 Em, 13 DEZ 2017





		GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO - SESAPI			Cronograma de Execução Física e Plano de Aplicação de Recursos		Anexo III
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA CANABRAVA							
I - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS							
Meta	Etapa/Fase	Especificação	Unidade de Medida	Qtde	Início	Término	
01		AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS	UND	1,00	12/12/2017	31/12/2018	
	01.01	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS	UND	1,00	12/12/2017	31/12/2018	
II - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS, POR NATUREZA DE DESPESA							
Natureza	Discriminação	Concedente	Valor				
			Proponente - Contrapartida				
			Financeira	Não Financeira			
3390.30	Material de Consumo - MEDICAMENTOS E INSUMOS	196.000,00	4.000,00	0,00			
	Subtotais	196.000,00	4.000,00	0,00			
				Valor Total do Convênio:	200.000,00		

CONVENIO e/ou PM DE SAO
 JOAO DA CANABRAVA Nº 177/2017
 Registrado Lv. Nº 03 Fls. 28
 Em, 13 / 02 / 2017




		GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO - SESAPI				Cronograma de Desembolso		Anexo IV	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA CANABRAVA									
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO									
Concedente - 2017									
Meta		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun		
Todas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Meta		Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Todas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196.000,00		
Contrapartida - 2017									
Meta		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun		
Todas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Meta		Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Todas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00		

CONVENIO CI PM DE SAO
 JOAO DA CANABRAVA Nº 177/2017
 Registrado Lv. Nº 03 Fls. 28
 Em, 13 / DEZ / 2017




 <p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO - SESAPI</p>	<p align="center">Relação de Equipamentos e Material Permanente</p>	<p align="center">Anexo V</p>														
			<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA CANABRAVA</p>													
<p>I - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Especificação</th> <th>Unidade</th> <th>Qtde</th> <th>Valor Unit.</th> <th>Valor Total</th> <th>Local de Destino</th> <th>Manutenção</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="7"> </td> </tr> </tbody> </table>			Especificação	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Valor Total	Local de Destino	Manutenção							
Especificação	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Valor Total	Local de Destino	Manutenção										
<p>II - DECLARAÇÃO</p> <p>Na qualidade de representante legal do Proponente, DECLARO, para fins de prova junto ao GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ e, sob as penas do estabelecido no Código Penal Brasileiro, art. 299, que inexistente qualquer débito em mora com o Tesouro Estadual ou situação de inadimplência junto a qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos na forma deste Plano de Trabalho, o qual atesto a sua veracidade.</p> <table border="1"> <tr> <td>Local e Data:</td> <td>Nome do Proponente:</td> <td>Assinatura do Proponente: <i>[Handwritten Signature]</i></td> </tr> </table>			Local e Data:	Nome do Proponente:	Assinatura do Proponente: <i>[Handwritten Signature]</i>											
Local e Data:	Nome do Proponente:	Assinatura do Proponente: <i>[Handwritten Signature]</i>														
<p>III - APROVAÇÃO</p> <p>Aprovo o presente Plano de Trabalho, na forma proposta, estando de acordo com o objeto e os custos envolvidos.</p> <table border="1"> <tr> <td>Local e Data:</td> <td>Assinatura do Dirigente do Órgão: <i>[Handwritten Signature]</i></td> </tr> </table>			Local e Data:	Assinatura do Dirigente do Órgão: <i>[Handwritten Signature]</i>												
Local e Data:	Assinatura do Dirigente do Órgão: <i>[Handwritten Signature]</i>															

CONVENIO e/pm # SAO
 JOAO DA CANABRAVA Nº 177/2017
 Registrado Lv. Nº 11 Fls. 38
 13 DEZ 2017
[Handwritten Signature]



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO - SESAPI
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA CANABRAVA

MEMÓRIA DE CÁLCULOS

Natureza	Produto ou Serviço	Unid de Medida	Qtde	Valor Unit	Valor Totalzz
3390.30	digliconato de clorexidina 0,12% solução bucal	CX	90,00	36,28	3.265,20
3390.30	maleato de timolol 2,5 mg/mL (0,25%) solução oftálmica	CX	100,00	15,66	1.566,00
3390.30	cloridrato de naloxona 0,4 mg/mL solução injetável	CX	100,00	97,94	9.794,00
3390.30	cloridrato de pilocarpina 20 mg/mL (2%) solução oftálmica	CX	100,00	21,01	2.101,00
3390.30	enantato de noretisterona + valerato de estradiol 50 mg/mL + 5 mg/mL solução injetável	CX	30,00	205,72	6.171,60
3390.30	finasterida 5 mg comprimido	CX	100,00	124,93	12.493,00
3390.30	cloridrato de prilocaína + felipressina 30 mg/mL (3%) + 0,03 UI mL solução injetável	CX	100,00	47,10	4.710,00
3390.30	mesilato de doxazosina 2 mg comprimido	CX	100,00	79,81	7.981,00
3390.30	metronidazol 100 mg/g (10%) gel vaginal	CX	100,00	28,44	2.844,00
3390.30	metildopa 250 mg comprimido	CX	100,00	62,67	6.267,00
3390.30	midazolam 2 mg/mL solução oral	CX	100,00	192,37	19.237,00
3390.30	misoprostol 25 mcg comprimido vaginal	CX	15,00	2.252,19	33.782,85
3390.30	mononitrato de isossorbida 20 mg comprimido	CX	100,00	14,92	1.492,00
3390.30	ACICLOVIR 200 MG COM CT BL AL PLAS INC X 25	CX	1,00	178,05	178,05
3390.30	paracetamol 200 mg/mL solução oral	CX	100,00	11,10	1.110,00
3390.30	cloridrato de lidocaína + hemitartrato de epinefrina 2% + 1:200.000 solução injetável	CX	100,00	149,05	14.905,00
3390.30	ÁCIDO FÓLICO 5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 8	CX	1,00	9,60	9,60
3390.30	cefalexina 500 mg comprimido	CX	100,00	43,44	4.344,00
3390.30	ácido valproico (valproato de sódio) 50 mg/mL solução oral	CX	100,00	22,42	2.242,00
3390.30	diazepam 5 mg/mL solução injetável	CX	100,00	17,14	1.714,00
3390.30	digoxina 0,25 mg comprimido	CX	100,00	34,63	3.463,00
3390.30	cloridrato de prometazina 25 mg comprimido	CX	100,00	79,74	7.974,00
3390.30	cloridrato de propafenona 150 mg comprimido	CX	100,00	91,32	9.132,00
3390.30	dexametasona 4 mg comprimido	CX	100,00	14,88	1.488,00
3390.30	cloridrato de piridoxina 40 mg comprimido	CX	100,00	26,01	2.601,00
3390.30	maleato de dexclorfeniramina 0,4 mg/mL solução oral	CX	100,00	22,40	2.240,00
3390.30	losartana potássica 50 mg comprimido	CX	100,00	68,00	6.800,00
3390.30	alendronato de sódio 10 mg comprimido	CX	100,00	51,62	5.162,00
3390.30	albendazol 40 mg/mL suspensão oral	CX	100,00	7,59	759,00
3390.30	alopurinol 100 mg comprimido	CX	100,00	29,52	2.952,00
3390.30	amoxicilina + clavulanato de potássio 50 mg/mL + 12,5 mg/mL suspensão oral	CX	100,00	47,36	4.736,00
3390.30	captopril 25 mg comprimido	CX	100,00	71,42	7.142,00
3390.30	ceftriaxona 250 mg pó para solução injetável	CX	100,00	8,50	850,00
3390.30	ceftriaxona 250 mg pó para solução injetável	CX	100,00	8,50	850,00
3390.30	sinvastatina 10 mg comprimido	CX	95,00	80,46	7.643,70

Valor Total: (Material de Consumo - 3390.30) 200.000,00

Valor Total: 200.000,00

CONVENIO C/P.M. DE SÃO
JOÃO DA CANABRAVA Nº 177/2017

Registrado Lv. Nº 02 Fls. 28

Em, 13 DEZ 2017



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 176/17

PROCESSO: AA.900.1.138284/17-01. **ESPÉCIE:** O Estado do Piauí, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, CNPJ Nº 06.553564/0001-38. **CONVENIENTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO PIAUÍ, CNPJ Nº 06.772.859/0001-03. **OBJETO:** Aquisição de medicamentos e insumos para fortalecer a assistência à saúde e atender as necessidades da população do município, de acordo com o Plano de Trabalho devidamente aprovado. **VALOR;** CONCEDENTE: R\$ 216.578,42 (Duzentos e dezesseis mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos), CONVENIENTE: R\$ 4.419,97 (Quatro mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa e sete centavos), referente a contrapartida financeira. **DADOS ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 170.139 SESAPI; Programa: 03 Saúde de qualidade para todos, Ação (Proj/Ativ/Op. Esp.): 1740 Construção, reforma e aquisição de equipamento para Unidades Hospitalares, Função: 10, Subfunção: 303, Natureza de Despesa: 3340.41 - Contribuições, Sub elemento: 01; Fonte de Recursos: 100 Tesouro Estadual. **VIGÊNCIA:** 31.12.2018 **DATA DE ASSINATURA:** 13.12.2017. **SIGNATÁRIO:** FLORENTINO ALVES VERAS NETO - Secretário de Estado da Saúde, CPF: 327.448.113-00, CARMELITA DE CASTRO SILVA Prefeita Municipal, CPF: 342.329.073-00.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 177/17

PROCESSO: AA.900.1.012073/17-17. **ESPÉCIE:** O Estado do Piauí, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, CNPJ Nº 06.553564/0001-38. **CONVENIENTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA CANABRAVA PIAUÍ, CNPJ Nº 12.066.973/0001-02. **OBJETO:** Aquisição de medicamentos e insumos, de acordo com o Plano de Trabalho devidamente aprovado. **VALOR;** CONCEDENTE: R\$ 196.000,00 (Cento e noventa e seis mil reais), CONVENIENTE: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), referente a contrapartida financeira. **DADOS ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 170.139 SESAPI; Programa: 03 Saúde de qualidade para todos, Ação (Proj/Ativ/Op. Esp.): 1740 Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos para Unidades Hospitalares, Função: 10 Saúde; Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Natureza de Despesa: 3340.41 Transferência a município - Contribuições, 01; Fonte de Recursos: 100 Tesouro Estadual. **VIGÊNCIA:** 31.12.2018 **DATA DE ASSINATURA:** 13.12.2017. **SIGNATÁRIO:** FLORENTINO ALVES VERAS NETO - Secretário de Estado da Saúde, CPF: 327.448.113-00, MERCIA DE ARAÚJO ABREU Prefeita Municipal, CPF: 014.339.253-03

Of. 3465

OUTROS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI

PROGRAMA DE FOMENTO À POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ

RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA EDITAL FAPEPINº 013/2017

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI torna público o lançamento do presente edital e convoca aos interessados para apresentarem propostas para obtenção de apoio financeiro a projetos de pesquisa científica, tecnológica e inovação no âmbito do PROGRAMA DE FOMENTO À POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ, conforme estabelece o presente Edital.

1. OBJETIVO

Fomentar projetos de pesquisas visando despertar vocação para os campos das ciências e as carreiras tecnológicas através do desenvolvimento de pesquisa básica ou aplicada, a fim de incentivar talentos potenciais entre estudantes do Ensino Médio e Profissionalizante da Rede Pública de Ensino do Piauí, com o objetivo de:

- 1.1 Estimular a participação dos estudantes da rede de ensino pública do Estado do Piauí a participarem das atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e processos de inovação;

- 1.2 Contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora no Estado do Piauí;
- 1.3 Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.

2 DO CRONOGRAMA

Atividade	Data
Recepção das propostas	De 03/11 a 20/11/2017
Recepção das propostas no SIGFAPEPI	Até as 13:00 horas do dia 20/11/2017
Análise, julgamento das propostas	Até 30/11/2017
Resultado Parcial	Até 05/12/2017
Interposição de recursos	De 06 e 07 /12/2017
Resultado Final	Até 18/01/2018
Contratação das Propostas	A partir de 03/2018

3 DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o presente edital serão destinados recursos oriundos do Tesouro Estadual no valor global de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a serem aplicados em pesquisa científica, tecnológica e inovação, respeitando as proporções 70% para custear propostas oriundas de instituições sediadas no interior do Estado e 30% para custear propostas oriundas de instituições sediadas na Capital.

2 ITENS FINANCIÁVEIS

Para o presente edital, a FAPEPI concederá auxílio financeiro ao pesquisador, oriundo do Tesouro Estadual, com propostas aprovadas, a ser aplicado nas rubricas de capital e custeio, respeitando as proporções 60% para custeio e 40% para capital, com propostas aprovadas no valor unitário de até 5.000,00 (cinco mil reais), a ser aplicado nas seguintes despesas:

- 2.1 As despesas de capital poderão prever a aquisição de equipamentos e material bibliográfico relacionado diretamente com o objeto da pesquisa;
- 2.2 As despesas de custeio poderão prever, além das despesas previstas em lei, a concessão de até 02 (duas) bolsas de Iniciação Científica Júnior (IC-Jr) para estudantes de nível médio e profissionalizante, no valor unitário/mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais) com prazo de vigência de até 06 (seis) meses.
- 2.3 O proponente deverá indicar na proposta, o nome do beneficiário da bolsa (bolsista), juntamente com o respectivo plano de trabalho individual e a documentação individual exigida neste edital.
- 2.4 Os beneficiários das bolsas deverão ser alunos efetivamente matriculados na rede pública de ensino médio e profissionalizante do Estado do Piauí, instituição do vínculo do Coordenador.
- 2.5 Não serão permitidas despesas com a contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo, assim como despesas de rotina tais como: contas de luz, água, telefone, correios, reprografia e similares, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução da pesquisa e das colaboradoras.
- 2.6 É vedado o pagamento a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica.
- 2.7 Para a realização das despesas deverá ser observadas a legislação pertinente e as normas vigentes da FAPEPI.

CLAUSULA DE RESERVA: Caberá à Diretora Técnico-científica da FAPEPI resolver casos omissos e as situações não previstas na presente chamada.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Esclarecimentos e informações adicionais sobre o conteúdo deste Edital podem ser obtidos junto ao telefone (86) 3216 6090, ou na página da FAPEPI: www.fapepi.pi.gov.br.

Teresina (PI), 12 de Dezembro de 2017.

Francisco Guedes Alcoforado Filho
Presidente da FAPEPI

Of. 355